

PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 19, v. 1  
jan-jun.2023  
p. 134-150

# Contribuições decoloniais para a produção de conhecimento por pesquisadoras em contextos periféricos

*(Decolonial contributions to knowledge production by peripheral contexts researchers)*

*(Contribuciones decoloniales para la producción de conocimiento por investigadoras periféricas)*

Isabela Saraiva de Queiroz<sup>1</sup>  
Maria Juracy Filgueiras Toneli<sup>2</sup>

**RESUMO:** este ensaio apresenta algumas contribuições decoloniais para a metodologia de pesquisa, questionando as dicotomias presentes na produção de conhecimento, por meio do reconhecimento de uma geopolítica do saber tecida a partir de territórios existenciais forjados no seio da ferida colonial. Sugere-se que o exercício do lugar de pesquisadora em contextos periféricos se dá quando feito de forma atenta à sua impossibilidade, ou seja, da posição de “forasteira de dentro”, por meio da descolonização dos afetos e da desobediência epistêmica, a partir de um terreno epistemológico no qual o pensamento de fronteira é exercido.

**PALAVRAS-CHAVE:** metodologia de pesquisa; geopolítica do saber; desobediência epistêmica; feminismo decolonial.


**Abstract:** this essay presents some decolonial contributions to research methodology, questioning the dichotomies present in knowledge production, through the recognition of a geopolitics of knowledge woven from existential territories forged in the heart of the colonial wound. It is suggested that the exercise of the researcher’s place in peripheral contexts occurs when done attentively to its impossibility, that is, from the position of an “insider outsider,” through the decolonization of affections and epistemic disobedience, from an epistemological terrain in which border thinking is exercised.

**Keywords:** research methodology; geopolitics of knowledge; epistemic disobedience; decolonial feminism.

**Resumen:** este ensayo presenta algunos aportes decoloniales a la metodología de investigación, cuestionando las dicotomías presentes en la producción de saberes, a través del reconocimiento de una geopolítica del saber tejida a partir de territorios existenciales forjados en el seno de la herida colonial. Se sugiere que el ejercicio del rol de investigadora en contextos periféricos ocurre cuando se hace atento a su imposibilidad, es decir, desde la posición de “outsider within”, a través de la descolonización de los afectos y la desobediencia epistémica, desde un terreno epistemológico en el que se ejerce el pensamiento fronterizo.

**Palabras clave:** metodología de investigación; geopolítica del saber; desobediencia epistémica; feminismo decolonial.

1 Docente do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São João del Rei. E-mail: isabelasq@ufsj.edu.br  
2 Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: juracy.toneli@gmail.com

 Artigo licenciado sob forma de uma licença Creative Commons [Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). (CC BY-NC 4.0)

Recebido em 31/01/2023  
Aceito em 04/04/2023

## 1 Introdução

Tomaremos como ponto de partida da discussão proposta neste ensaio as contribuições dos estudos feministas para a crítica aos pressupostos da ciência positivista e seus ideais de neutralidade e objetividade. Para tanto, apresentamos como questionamento inicial a seguinte pergunta: como pesquisadoras acadêmicas em contextos periféricos podem produzir conhecimento sobre suas realidades? E, de modo circular, de que modo interlocutoras que se encontram fora da comunidade acadêmica podem se relacionar com a universidade e a pesquisa científica?

Na obra *Pode o subalterno falar?* Gayatri Spivak (2010), teórica indiana, já questionava, desde a lente pós-colonial, o modo como o sujeito<sup>3</sup> do chamado Terceiro Mundo era representado no discurso ocidental. Spivak explicitava que as/os intelectuais inseridas/os nas universidades ocidentalizadas valorizavam a experiência concreta das/os sujeitas/os oprimidas/os, mas, ao mesmo tempo, se mantinham acríicas/os quanto ao seu próprio papel histórico como pesquisadoras/es. Assim, ao tentar “representar” a/o subalterna/o, as/os intelectuais representavam a si mesmas/os como sendo neutras/os, ou seja, não faziam uma análise dos interesses que estavam em curso nas investigações que realizavam. Faziam isso ao sustentarem a crença de que atuavam como pesquisadoras/es neutras/os, negando veementemente que operavam como árbitras/os, juízas/es e testemunhas universais ao realizar a escuta das/os sujeitas/os. Decorre disso que a primeira responsabilidade da/o intelectual crítica/o seria, então, reconhecer que exerce essas ações e evidenciar seus modos de funcionamento. Tal postura lança, portanto, sobre nós uma interrogação permanente em torno da condição de produção e autoria dos saberes, o que traz para a cena de forma veemente uma crítica às próprias relações de poder no âmbito da produção científica e acadêmica.

Assim como Spivak, Saba Mahmood (2006) denunciou o caráter liberal de alguns projetos feministas, como também as limitações das/os intelectuais de admitirem seus compromissos políticos e o modo como esses afetam a escuta da/o “outra/o”. Mahmood exemplifica isso ao mostrar como as especificidades históricas e culturais afetam tanto a análise quanto a política de qualquer projeto feminista, especialmente no que tange às diferenças religiosas. Para ela, é limitada a nossa capacidade de compreender e interrogar a vida das mulheres cujas aspirações e projetos não foram configurados no seio de tradições liberais.

O conceito de posicionalidade (COLLINS, 2019) se mostra útil para a compreensão do modo como os grupos são localizados no âmbito das relações de poder, lembrando que, ao considerar as categorias de raça, gênero, classe e sexualidade, mais do que pensá-las como categorias descritivas

3 Utilizamos aqui o termo “sujeito” tal qual a autora o faz. Nos trechos em que assumimos nossa coautoria em diálogo com as/os pensadoras/es aqui presentes, utilizamos a grafia sujeita/o, sujeitas/os.



da identidade aplicadas às/aos sujeitas/os, devemos considerá-las como elementos da estrutura social que emergem como dispositivos fundamentais que estruturam as desigualdades e criam grupos distintos. “Ponto de vista”, assim, não deve ter sua compreensão reduzida às experiências individuais, devendo, antes, refletir um *lôcus* social. O que nos leva, portanto, às seguintes questões: como as/os diversas/os sujeitas/os estão posicionadas/os a partir de estruturas hierárquicas? E como tais posições ou *lôcus* social instituem lugares de fala específicos?

Considerando essa estrutura de localização social, tomamos como posição metodológica a análise das condições de emergência da fala das/os sujeitas/os sobre si mesmas/os, o que, no entanto, não significa uma tentativa de revelar a “natureza” do que se passa com elas/es. Essa escolha reflete uma das ideias centrais da epistemologia feminista com a qual convergimos, qual seja, a de que a/o sujeita/o do conhecimento é uma sujeita/o situada/o, que tem uma perspectiva própria daquilo que conhece, de si mesma/o e das/os outras/os sujeitas/os. O que está em jogo é, portanto, a adoção de princípios e práticas de pesquisa capazes de proporcionar um espaço de fala a sujeitas/os subalternizadas/os, historicamente silenciadas/os por práticas científicas objetivistas. Trata-se de realizar uma escuta posicionada (HARAWAY, 2009) de suas falas, o que requer metodologias que possibilitem uma imersão em situações de pesquisa que não excluam as tensões, ressonâncias, transformações, resistências e cumplicidades.

Para se efetivar essa escuta posicionada é necessário considerar a relação existente entre o conteúdo da investigação e o modo como esses conteúdos mobilizam as ações das/os pesquisadoras/es. A tal movimento metodológico dá-se o nome de reflexividade. (NEVES; NOGUEIRA, 2005) Adotar o pressuposto da reflexividade requer a conscientização das/os pesquisadoras/es acerca de sua posição e ação, bem como do seu envolvimento pessoal na investigação. Esse aprimoramento da capacidade de escutar os sentidos produzidos por suas experiências como pesquisadoras/es sobre si mesmas/os possibilita que o trabalho de pesquisa vá além da proposta de se construir um saber “sobre as/os sujeitas/os”, “para elas/es”, ou mesmo “com elas/es”, passando-se à elaboração de um saber da/o pesquisador/a “sobre a sua relação com elas/es”, única experiência sobre a qual se pode ser legítima/o enunciador/a (QUEIROZ; PRADO, 2022). Trata-se, em última instância, da “possibilidade de nós próprios sermos mudados pelo envolvimento com a visão do mundo dos outros e de podermos aprender coisas que desconhecíamos antes desse envolvimento”. (MAHMOOD, 2006, p. 153)

Recorrer à experiência é uma estratégia teórico-metodológica habitual nas pesquisas do campo feminista. No entanto, muitas vezes isso tem sido feito buscando-se o encontro com a “evidência” da experiência que, supostamente, poderia oferecer a “verdade” sobre os



acontecimentos. Contudo, como sugere Joan Scott (1999), esse tipo de apelo à experiência como evidência incontestável e como um ponto originário de explicação pode enfraquecer a sua utilização, uma vez que se tomam como evidentes as identidades daquelas/es cujas experiências estão sendo documentadas e, assim, naturalizam-se suas diferenças.

O processo de naturalização das diferenças tem como um de seus eixos estruturadores o sistema moderno/colonial de gênero, que produziu categorias universalizantes, por meio das quais se aprofundou o uso de dicotomias hierárquicas e de lógicas categoriais definidoras das experiências dos povos colonizados. Grosfoguel (2016) e Maria Lugones (2014) alertam para o modo como as categorias de raça e gênero foram produzidas a partir de uma lente binária ocidentalizada. Para Grosfoguel (2016), a categoria raça é um produto da colonização das Américas, quando o racismo religioso passou a ser compreendido como racismo de cor. A ideia de raça emerge como um tipo de classificação social próspera para a empresa colonial (BALLESTRIN, 2013) que, por meio da colonialidade do poder, utiliza raça e racismo como “princípios organizadores que estruturam as múltiplas hierarquias do sistema-mundo”. (GROSFOGUEL, 2008, p. 123) Também Lugones (2014) considera a produção da hierarquia dicotômica entre o humano e o não humano a distinção central necessária para a constituição da modernidade colonial. Ela acrescenta que essa dicotomia inicial veio acompanhada por outras distinções hierárquicas dicotômicas, incluindo aquela entre homens e mulheres. Para Lugones (2014), decorre disso a colonização do gênero, que pressupõe que somente os civilizados são homens ou mulheres, devendo os povos indígenas das Américas e as/os africanas/os escravizadas/os serem classificadas/os como espécies não humanas, ou seja, como animais, submetidos, portanto, aos efeitos brutais do sistema moderno colonial de gênero.

Também Ochy Curiel (TEIXEIRA; SILVA; FIGUEIREDO, 2017) salienta a necessidade de se pensar o quanto essas categorias são ou não úteis para a compreensão das experiências de grupos históricos específicos, uma vez que, ao conceber gênero e raça apenas como eixos da diferença, não se questiona por que ou como determinadas concepções de gênero e raça foram produzidas como hegemônicas. Vale considerar, por exemplo, o debate proposto por Oyèrónke Oyěwùmí (2004) acerca das especificidades da análise de gênero nas sociedades africanas. Oyěwùmí aponta que, ao contrário do que acontece em alguns feminismos ocidentais, que tomam “esposa” como categoria central e colocam a mulher sempre referida a uma família nuclear, o princípio organizador das famílias africanas é consanguíneo, não sendo atribuída centralidade à conjugalidade e, sim, à maternalidade. Contribuindo para que se problematize a questão das diferenças, Scott (1999) chama a atenção para a importância de se compreender mais do que as diferenças identitárias, os processos históricos que, por meio do discurso, posicionaram as/



os sujeitas/os de pesquisa e produziram suas experiências, entendendo, desse modo, que as/os sujeitas/os não “têm” a experiência e, sim, “são constituídas/os” por ela.

Neste ensaio voltamos nossos olhos para uma experiência particular, a experiência que nos constitui como mulheres pesquisadoras cisgêneras, não brancas e não heterossexuais, em um encontro (im)possível que se deu a partir de nossas inserções como docentes de duas universidades públicas brasileiras, localizadas em territórios geopolíticos muito diversos: uma delas numa cidade de pequeno porte no interior do Sudeste e a outra numa capital do Sul do país, ambas, contudo, frente a um fazer acadêmico que se exerce de um lugar de subalternidade epistêmica, racial e de gênero/sexualidade. Se Spivak (2010) e Chandra Mohanty (2008) já evidenciavam, na década de 1980, o colonialismo discursivo de alguns feminismos do Norte, orientados por projetos liberais, 30 anos depois, Yuderkys Miñoso (2020) revela que também nós, pesquisadoras que se encontram em território geográfico periférico, nos constituímos a partir do que ela nomeia como “razão feminista moderna eurocêntrica”, calcada no colonialismo internalizado, com vistas à conservação do poder de uma minoria dentro do campo feminista na América Latina. Ela nos incita a partir daí a um questionamento fundamental: como nos dispomos a exercer versões do feminismo eurocentrado em regiões do mundo onde a modernidade se revela como é: racista, eurocêntrica, capitalista, imperialista, colonial? E sugere como medida para descolonizar a razão feminista moderna eurocêntrica e, em decorrência, a pesquisa dela derivada, uma proposta metodológica nomeada como “genealogia da experiência” (CASTRO-GÓMEZ, 2011), que nos convida a refletir sobre “o que fazemos” e sobre “como essas práticas nos fazem ser o que somos”.

Podemos evidenciar a importância das perguntas aqui colocadas, derivadas daquela explicitada no parágrafo que abre este ensaio: como fazer pesquisa decolonial em contextos periféricos? O que queremos, mulheres pesquisadoras lésbicas, negras, indígenas, periféricas? Seríamos, como as pesquisadoras identificadas com a razão feminista moderna eurocêntrica, meras (re)produtoras de uma sujeita mulher que responde às demandas dos feminismos eurocentrados? Quais violências perpetrarmos a nós mesmas, de quem somos cúmplices, quais projetos de existência formalizamos? Como escapar do que nos foi imposto como “destino colonial”, qual seja, de perpetuação de um projeto colonial de produção de saber no qual somos colocadas sempre como objeto, mesmo quando inseridas em instituições universitárias formais? Sugerimos a seguir alguns princípios que consideramos inspiradores para a reflexão crítica acerca dessas questões, que se apresentam complexas e impossíveis de se abordar de forma única ou definitiva.



## 2 Fazer pesquisa na experiência da subalternidade (e não sobre ela) – Rompendo com as dicotomias na produção de conhecimento

Primeiramente, nos cabe a tarefa de nos posicionarmos ao lado das mulheres que se constituíram historicamente como nossas “sujeitas” de pesquisa, nossas “outras”, rompendo com a dicotomia sujeito/objeto dessa relação. Trata-se de entendermo-nos como pesquisadoras/sujeitas de pesquisa ou sujeitas de pesquisa/pesquisadoras, numa coalizão de saberes produzidos na experiência da subalternidade de mulheres que se encontram em territórios periféricos de produção de conhecimento. Ao nos identificarmos com as teorias modernas, eurocentradas, brancas e patriarcais, e atravessadas pela colonialidade, nos esforçamos para nos fazer caber nos pressupostos epistemológicos eurocentrados, com seus conceitos e categorias cunhados alhures, que não nos dizem respeito, a nenhuma de nós, pesquisadoras/sujeitas de pesquisa, tornando-nos também produtos da razão feminista moderna.

Curiel (2020) alerta para as relações de poder que tornam algumas feministas acadêmicas periféricas estudiosas das “outras” dos seus próprios territórios e questiona que tipo de relação esses exercícios investigativos promovem, ao alçar a objeto de pesquisa aquelas mulheres que nós pesquisadoras também somos - negras, indígenas e periféricas -, fazendo com que ocupem em relação a nós a posição de “outra da outra”. Essa operação parece proporcionar, dentre outros efeitos colonizadores, o efêmero e degradante conforto de, ao dar centralidade à dicotomia sujeito-objeto de pesquisa, as alçarmos a um lugar de subalternidade externo a nós: mulheres, negras, empobrecidas, pobres, periféricas, indígenas, migrantes.

Diante disso, esse primeiro princípio nos convoca a desestabilizarmos a relação binária pesquisadora x sujeitas de pesquisa que define as mulheres em contextos periféricos como objetos de pesquisa, reconhecendo-nos a todas como sujeitas de produção de saber. A chamada opção decolonial nos convida, portanto, a privilegiar o saber fronteiriço, ou seja, aquele que surge da exterioridade estruturada pela modernidade/colonialidade, considerando suas epistemologias geopolíticas e biográficas/corpo-políticas. (COSTA, 2014a) Dessa exterioridade pesquisadoras/sujeitas de pesquisa fazem parte em sua multiplicidade, numa coalização de experiências e saberes que só podem ser explicitados na realidade mesma desse encontro, em sua diversidade específica. Somente no fazer específico dessa experiência de produção de saber, na costura cuidadosa desse entrelaçamento de alianças, a circularidade de um método de pesquisa não dicotômico se apresenta. Nessa experiência sujeito e objeto se entrecruzam, circulam, desestabilizam posições fixas e subvertem essencialismos.

Para Claudia de Lima Costa (2014a), a descolonização do conhecimento não é possível se



seu ponto de partida for o das categorias do saber ocidental. Para tanto, é necessário reconhecer as categorias a partir das quais nos constituímos - raça, gênero e sexo - como produtos da colonialidade, e criar categorias outras a partir da cartografia da experiência, no lugar de subalternidade oferecido nas experiências periféricas de produção de conhecimento. “A ferida colonial se coloca, portanto, no centro da produção de conhecimento, protagonizada pelos sujeitos que lá se situam, e que possuem o direito geopolítico e corpo-político de enunciação epistêmica.” (COSTA, 2014a, p. 930) Trata-se de estabelecer, pela via do *sentipensar* (FALS BORDA, 2015) e do *corazonar* (GERRERO ARIAS, 2010), conexão empática com aquelas que temos afastado sistematicamente; e reconhecer, a partir da compreensão da produção política e não natural das emoções (AHMED, 2015), que temos historicamente produzido abjeção de determinados grupos por meio da experiência política dos afetos.

Sobre isso, Claudia de Lima Costa (2014b) apresenta a proposta de Gloria Anzaldúa que, como “curandeira-escritora-poeta”, propõe que substituamos as metáforas pelas quais apreendemos o mundo para descolonizarmos nossos sentidos:

O projeto almeja trocar as metáforas negativas que construíram a alteridade dos sujeitos subalternos nos contextos coloniais (e que foram por estes internalizadas) por imagens empoderadoras. A descolonização da percepção, dos sentimentos e da própria linguagem não é possível sem o processo de cura, através de imagens transformadoras, e necessariamente também requer um projeto de tradução/traição do saber/sentir/experienciar hegemônicos a partir do lugar geo-corpo-político da indígena e da mestiça subalternas (COSTA, 2014b, p. 97).

Por fim, para que possamos assumir como pesquisadoras a experiência dupla de quem ocupa um lugar subalterno, é necessário trilhar o caminho de reconhecimento do próprio colonialismo que nos constitui, o que requer uma descolonização da própria pesquisadora e o entendimento de que “somos/habitamos um corpo submetido ao empobrecimento, ao despejo e à negação sistemática de sua capacidade de desenvolver saberes, críticas e projetos de futuro”. (MIÑOSO, 2020, p.122) Sobretudo é preciso pensar que é somente “partindo dessa experiência de ser descendente de um povo desumanizado, submetido à servidão e à negação de si mesmo” (p. 122), que podemos tentar responder às perguntas de pesquisa que a nós se impõem, como pesquisadoras/sujeitas de pesquisa em contextos periféricos.

### 3 Comprometer-se com o processo de descolonização do ser (da pesquisadora/sujeita de pesquisa)

“Todo processo decolonizante é uma auto-descolonização” (OCAÑA; LOPEZ; CONEDO, 2018, p. 182), sendo a descolonização um processo de reconhecimento das formas como a colonialidade opera. (SILVA, 2021) Uma das formas de operação da colonialidade é a



“colonialidade do ser” (MALDONADO-TORRES, 2007), que se refere à experiência vivida dos seres tomados como inferiores, processo esse que naturaliza violências físicas e simbólicas, e institui a desumanização de determinados povos. Nesse sentido, a compreensão pela pesquisadora da sua própria ferida colonial e dos efeitos da colonialidade vivenciada por si mesma como sujeita subalterna poderá permitir o trânsito entre as posições de sujeito-objeto de pesquisa e a ruptura com as relações de verticalidade muitas vezes presentes na constituição da posição de pesquisadoras/educadoras acadêmicas, colonizadas por uma razão eurocentrada fundamentada no estabelecimento de relações de dependência colonial.

Tal processo materializa-se com o apoio da emoção, compreendida como dispositivo que opera a favor da manutenção das normas, ou seja, da emoção como agenciamento, que nos move em direção (com vistas à manutenção da) à norma. Sobre isso, Sara Ahmed (2015) conduz à reflexão sobre a operacionalização política dos afetos ao nos colocar as seguintes questões: de quem nos aproximamos? Como construímos empatia? E, por outro lado, de onde vem o nojo e o medo? Quais sujeitas/os e objetos os desencadeiam? Para Ahmed (2015), a emoção é performativamente produzida para servir à manutenção de normas e, assim, podemos avançar na compreensão do modo como emoções como o medo e o nojo nos afastam daquelas com as quais deveríamos estabelecer alianças circulares no processo de descolonização do ser, desestabilizando as estruturas de manutenção do poder colonial, patriarcal e racista.

Nessa mesma direção, para Maldonado-Torres (2020), falar sobre colonialidade gera respostas de medo e ansiedade por deslocar as pessoas dos espaços coloniais de segurança, ainda que tais espaços sejam profundamente marcados por dor e sofrimento. Para o autor, os afetos de medo e ansiedade advêm da desestabilidade provocada pelo “questionamento da legitimidade na qual o sujeito-cidadão moderno, o moderno Estado-nação e outras instituições modernas são construídas” (p. 33). Assim, somente quando enfrentamos essas emoções, podemos nos constituir como “agentes de questionamento e recusar ‘o lugar à mesa’ oferecido pelas forças modernas/ coloniais”. (SILVA, 2021, p. 174)

Silva (2021) aprofunda esse debate utilizando o conceito de colonialidade dos afetos, compreendida como “uma estrutura na qual nossos sentimentos, nossas emoções e nossos estados de ser são mobilizados com o intuito de manter as diversas formas de colonialidade no lugar”. (p. 169) Daí a importância de se indagar de que modo afetos como o amor, o ódio, a tristeza e o medo contribuem para a desestabilização das categorias coloniais de poder, saber, ser e gênero, de modo a revelar como a colonialidade opera para manter sua própria estrutura intacta.

Audre Lorde, em 1977, já nos convidava a pensar sobre o que tememos que faz com que





permaneçamos sob o jugo do colonizador, em detrimento de estarmos ao lado umas das outras. Ela argumenta que tememos a censura, a exclusão, a violência, o aniquilamento e revela que por isso temos medo, “porque a transformação do silêncio em linguagem e em ação é um ato de auto-revelação, e isso sempre parece estar cheio de perigos”. (LORDE, 2019, p. 51) Revela-nos, contudo, que tais temores já são realidade concreta em nossas vidas e que adotar a posição de subalternidade e silenciamento não nos protegeu. Não desfrutamos das benesses do colonizador, mesmo tentando atender às suas prerrogativas.

Em concordância com Lorde, Silva (2021) afirma que feminismo e colonialidade são temas que desconfortam e irritam as pessoas, e compreende que o ato de irritar é uma forma potente de descolonização, já que, se por um lado, produz sentimentos ruins, emoções que nos colocam em estados de desânimo e fraqueza, é justamente nessa “ruína” que os afetos podem ser descolonizados ao se questionar sua própria colonialidade. É assim que, para Silva (2021), a irritação pode ser lida, portanto, como uma forma legítima de sinalizar, conscientemente ou não, processos de descolonização de si.

Com Lorde aprendemos, portanto, que nossa sobrevivência só poderá se dar através do trabalho coletivo e da responsabilidade e decisão de construirmos e conservarmos juntas nossas comunidades, de reconhecermos e resolvermos juntas nossos problemas, superando os efeitos da colonialidade do ser. Faz-se importante compreender que a descolonização de si é um processo em andamento e que a decolonialidade é um projeto coletivo, uma tentativa constante de desfazer nossa subjetividade colonizada.

#### **4 Experienciar as (im)possibilidades do “pesquisar com” e os desafios da autoria: exercitando a desobediência epistêmica**

Produzir conhecimento na experiência da subalternidade nos coloca frente aos desafios do “desengajamento epistemológico” que, conforme Curiel (2020), requer

identificar conceitos, categorias, teorias, que emergem das experiências subalternizadas, que geralmente são produzidos coletivamente, que têm a possibilidade de generalizar sem universalizar, de explicar realidades diferentes contribuindo com o rompimento da ideia de que esses conhecimentos são locais, individuais e incomunicáveis. (p. 152)

Trata-se de aprender a “pesquisar com”, fazendo novas perguntas, a partir de outro ponto de vista: aquele da pesquisadora/sujeita de pesquisa subalterna, portadora de um privilégio epistêmico quando o que se tem como princípio organizador é o pensamento decolonial: “a sujeita desse ponto de vista privilegiado não é qualquer mulher, e sim uma mulher subalterna, que na América Latina é indígena e afrodescendente, camponesa, desterritorializada ou pobre”. (MIÑOSO, 2020, p. 122)



Do ponto de vista prático, trata-se de fazer a pergunta de um lugar que emerge da coalizão de corpos e existências que se movem circularmente, investigando o que se vive “na carne”. É, portanto, na experiência concreta das pesquisadoras/sujeitas de pesquisa que se constrói a possibilidade de “pesquisar com”, numa aliança entre sujeitas que ora podem ser identificadas como mulheres subalternas, por seu pertencimento racial e territorial, ora podem ser reconhecidas em lugares de privilégio definidos por sua localização social de classe média escolarizada, por exemplo. Retoma-se aqui nosso problema central e a necessidade de nos colocarmos em um estado de interrogação sobre os desafios da produção e autoria de saberes, o que requer uma crítica permanente sobre as relações de poder calcadas nos processos de colonialidade do saber, do poder e do ser, no âmbito da produção científica e acadêmica.

Tal modo de produção coletiva nos convida a refletir sobre as normas instituídas nas universidades ocidentalizadas. Quem pode publicar e quais títulos tornam uma determinada produção válida e valiosa, pertinente à lógica econômica da produção de conhecimento? Qual linguagem ocupa posição epistêmica privilegiada? A dinâmica da colonialidade do saber presente nas universidades evidencia o modo como, “através do jogo de quem cita quem, as hierarquias são estruturadas e acabamos tendo que comer, regurgitado, o pensamento descolonizador que os povos e intelectuais indígenas de Bolívia, Peru e Equador haviam produzido de forma independente” (CUSICANQUI *apud* COSTA, 2012, p. 57), por exemplo.

Há muito que o conhecimento produzido por pesquisadoras em contextos periféricos é desconsiderado no mundo acadêmico e científico e, quando considerado, é tratado como de menor valor, por não reproduzir o modo tradicionalmente higiênico, branco, sem nome, cor, gênero e território, que se convencionou ser o lugar de saber feito pelo “olho de Deus”, desencarnado: “Para Descartes, o ‘Eu’ pode produzir um conhecimento que é verdadeiro além do tempo e do espaço, universal no sentido que não está condicionado a nenhuma particularidade e ‘objetivo’, sendo entendido da mesma forma que a ‘neutralidade’ e equivalente à visão do ‘olho de Deus’”. (GROSGOUEL, 2016, p. 28)

É assim que praticar a “desobediência epistêmica” (SANTOS, 2018) se torna fundamental na pesquisa decolonial. É nessa desobediência resistente que podemos questionar os cânones das instituições universitárias, das agências de fomento, das normas acadêmicas, que criam limites rígidos que oferecem o exterior constitutivo para quem está ou não apto a produzir conhecimento válido. No interior das universidades, as políticas de ações afirmativas se revelam como ações poderosas de crítica à colonialidade do saber e do poder, e nos oferecem a possibilidade de produção de conhecimento a partir da circularidade feita em giro decolonial, ou seja, por meio de



coalizões de projetos de pesquisadoras/sujeitas de pesquisa multirreferenciadas, em um exercício de reconhecimento e diferenciação junto àquelas/es que são o nosso necessário espelho.

Conforme Silva (2021), “ser ex-cêntrico é reconhecer a produtividade das margens ao mesmo tempo que se lê o centro como uma produção ficcional”. (p.176) Trata-se, portanto, de compreender a relação centro x periferia para além de noções fixas comumente demarcadas em territórios geográficos representados por Norte e Sul global. Desse modo, reorganizam-se experiências de subalternidade que alcançam mulheres pesquisadoras produzindo na periferia acadêmica de diversos territórios geopolíticos. Importa, sobretudo, nesse exercício de desconstrução de essencialismos dicotômicos, relativizar as noções de centro e periferia, compreendendo que também a periferia tem um centro, ou vários deles, o que configura um caleidoscópio de experiências interculturais. Daí a importância de nos engajarmos em projetos de fortalecimento das ações afirmativas, para que a universidade possa ser território de existência de pluriversos transmodernos (DUSSEL, 2016), ocupados por uma diversidade de mulheres pesquisadoras/sujeitas de pesquisa subalternizadas, em permanente exercício de autoria coletiva de saberes.

Suportar a posição de resistência, construindo conhecimento nos lugares de fronteira periférica, não é algo que se faz sozinha/o. A resistência é um fazer em relação. (LUGONES, 2014) “A resistência expõe as fraturas na colonialidade. Devemos olhar para estes ‘*locus*-fraturados’ e apostar que nossas pesquisas podem contribuir para um ‘movimento de coalizão’ na diferença.” (SANTOS, 2018, p. 08) Trata-se de um projeto coletivo, andarmos juntas em projetos de coalizão nos quais as diferenças podem se apresentar, sem vistas à formação de um amálgama ou um híbrido, resultado de consensos e resoluções. Antes, trata-se de habitar o *locus* fraturado (LUGONES, 2014), aberto, múltiplo, suportando os dissensos e celebrando os pontos de encontro, ainda que efêmeros e sempre incompletos.

Assumir o fracasso como possibilidade (HALBERSTAM, 2020) nessa escolha por uma posição de enfrentamento também compõe a posição aqui apresentada. Fracassar é um resultado necessário se queremos criticar o sistema moderno/colonial de gênero. Judith Butler (2004) já evidenciara o modo como a política *queer* tem como estratégia de resistência a apropriação de significantes estigmatizados a partir de outras matrizes de inteligibilidade, que não aquela do sistema heteronormativo. Ao fazer isso, demonstra o modo como as abjeções são intencionalmente produzidas, passando a nomear as existências fora da norma a partir de outras matrizes de inteligibilidade. É desse modo que a ideia de fracasso, compreendido na sociedade ocidental como a não correspondência aos padrões esperados de adequação à norma heterossexual capitalista, pode ser desejável se revelar que a não adesão a este sistema normativo significa a ruptura com



um ideal individualista que nega condições estruturais de desigualdade de raça, classe e gênero. (HALBERSTAM, 2020) Recusar esse ideal também requer assumir realidades existenciais que incorporam a possibilidade de “perder, esquecer, desconstruir, desfazer, inadequar-se, não saber”. (p. 21)

Fracassar, portanto, na adequação a uma produção acadêmica eurocentrada, desobedecendo os códigos normativos das políticas científicas, serve para evidenciar a própria ordem patriarcal e racista que fundamenta os cânones das universidades ocidentalizadas. Desse modo, mais do que buscar que os projetos de coalizão de mulheres pesquisadoras/sujeitas de pesquisa em contextos periféricos respondam a essas normativas, trata-se de incidir sobre essa mesma norma, assumindo sua exterioridade a ela, como condição necessária à sua desestabilização. Como afirma Butler (2003), a necessidade permanente do sistema em afirmar e reafirmar suas normativas indica que o sucesso e a concretização desses ideais não ocorrem como se deseja. O que nos leva a pensar que o sistema não é um todo coerente e que são as possibilidades de rematerialização, abertas pelas reiterações – que sempre se fazem de maneira incompleta – que têm o potencial de gerar instabilidades, gerando rearticulações que apontem os limites da eficácia das leis regulatórias.

Para finalizar, ainda sobre a ideia de fracasso e os afetos por ele gerados, no livro *The promise of happiness*, Ahmed (2010) teoriza sobre a felicidade como um afeto complexo e problemático e destaca que o “estraga-prazeres” seria aquele que perturba a distribuição de felicidade, revelando suas inconsistências. Ahmed chama de “scripts de felicidade” as linhas que devemos seguir para alcançar a felicidade, revelando que em espaços colonizadores ou imperialistas é comum que os scripts de felicidade orientem processos de assimilação. Nesse sentido, recusar qualquer alegria assimilacionista significa recusar uma política advinda de scripts de felicidade que nos reduzem a estereótipos coloniais. (SILVA, 2021) Assim, como dito anteriormente, reconhecer nossa inadequação ao sistema é um sinal de movimento de descolonização, compreendido como um projeto que nunca se dá de maneira completa ou integral, mas que pode ser vislumbrado nos nossos afetos, naqueles que incomodam, irritam ou nos aborrecem, indicando que ali a colonialidade foi explicitada. Resta-nos seguir fitando-a nos olhos.

## 5 Considerações finais: produzindo conhecimento a partir do exercício do pensamento de fronteira

Em nossas considerações finais, realizaremos alguns últimos apontamentos sobre a produção de conhecimento a partir do exercício do pensamento de fronteira. Spivak (2010), ao falar do papel da/o intelectual no movimento cultural e político da/o subalterna/o no âmbito da hegemonia,



aponta que o lugar de *antre* – aquele que se encontra em uma posição intermediária, definida como um “entrelugar”, uma posição “amortecedora”, que se coloca entre o “povo” e os grandes grupos dominantes macroestruturais – inclui a difícil tarefa de pensar suas próprias condições de impossibilidade como as condições de sua possibilidade. Criar as condições necessárias para exercer a posição de pesquisadora em contextos periféricos requer, portanto, habitar uma posição paradoxal, nomeada por Collins (2016) como o lugar da forasteira de dentro (*outsider within*). Assim como o *antre* de Spivak, o ponto de vista único presente no status de *outsider within* proposto por Collins fornece as condições necessárias para o exercício do pensamento de fronteira, uma vez que se apresenta como uma composição de proximidade e distância, uma posição de “estranheza” necessária para a percepção de relações complexas, por meio da criatividade possibilitada por sua posição de “marginalidade”.

Concebemos aqui o pensamento de fronteira como um ponto de vista privilegiado para a produção de conhecimento, considerando que o que está em questão é exatamente a produção do fracasso do fazer científico orientado pelo sistema moderno/colonial, com vistas à evidenciação e à superação do racismo epistêmico, que recusa a produção de conhecimento feita às margens. Tal desconstrução só pode se efetivar por meio de alianças circulares entre saberes periféricos, que se produzem sem que haja um centro único do qual emanam. Nesse sentido, Anzaldúa (2005) indica que se trata de assumirmos uma “*consciencia mestiza*”, que difere dos modelos de hibridismo cultural ancorados em noções de assimilação e cooptação, recusando tanto o identitarismo essencialista quanto o hibridismo hegemônico. É, portanto, no lócus fraturado da diferença colonial, operação que Lugones (2014) afirma que só pode ser realizada a partir de uma perspectiva de subalternidade, de descolonização, que o pensamento de fronteira pode ser exercido, como o resultado de lutas materiais (pobreza, racismo, homofobia, sexismo etc.), através de uma política do lugar e, conseqüentemente, de uma política do posicionamento do sujeito (COSTA, 2002). Trata-se, portanto, de um novo terreno epistemológico, que se produz por meio de movimentos de coalizão de mulheres, de povos e de saberes periféricos.

Tais projetos de coalizão compõem o que já mencionamos e que é nomeado por Dussel (2016) como “pluriverso transmoderno”, constituído por meio de um diálogo crítico intercultural. Dussel afirma que o diálogo intercultural transmoderno deve ser transversal, ou seja, o movimento deve partir da periferia para a periferia, não se restringindo ao debate entre eruditas/os do mundo acadêmico ou institucionalmente dominante. Desse modo, a/o intelectual crítica/o deve estar localizada/o “entre” as duas culturas (a sua e a moderna), o que aponta para a posição de *border* (fronteira) entre elas, como lugar de um “pensamento crítico”.



Um último desafio colocado à produção de conhecimento por pesquisadoras em contextos periféricos é o de romper com as lógicas de representação da outra subalterna como um objeto, o que reproduz a dicotomia nós x elas, pesquisadoras/es x sujeitas/os pesquisadas/os. Para Costa (2014b), a representação se apresenta como uma tarefa impossível, uma vez que qualquer esforço nesse sentido não se faz sem comprometer a complexidade da experiência. Ela sugere, então, que lidemos com essa impossibilidade, fazendo “uma constante mediação entre dois momentos – o do inevitável fracasso cognitivo e, quem sabe, o de algum tipo de êxito – de forma que possamos transformar, sempre quando viável, a impossibilidade em possibilidade” (p. 98), admitindo a inevitabilidade da equivocação e nos permitindo enfrentar a complexidade da reflexão diante de mundos pluriversais.

A tentativa de nos conectarmos parcialmente com mundos pluriversais, como feministas das mais variadas correntes e localizações geopolíticas e corpo/políticas, com suas respectivas cosmologias e ontologias, pode se tornar possível por meio da mediação da tradução cultural, que compreende que “qualquer processo de descrição, interpretação e disseminação de ideias e visões de mundo está sempre preso a relações de poder e assimetrias entre linguagens, regiões e povos”. (COSTA, 2012, p. 42) A noção de tradução nos convida, assim, a um “relacionamento com a diferença radical, inassimilável, do/a outro/a” (p. 43), com vistas à construção de “epistemologias conectantes” e de alianças políticas antirracistas, anti-imperialistas e descoloniais, forjando coalizões entre mundos radicalmente diferentes. (COSTA, 2014a)

Se a tradução é um processo de abertura à/ao outra/o, nele a identidade e a alteridade se misturam, tornando o ato tradutório um processo de deslocamento. Na tradução, há a obrigação moral e política de nos desenraizarmos, de vivermos, mesmo que temporariamente, sem teto para que a/o outra/o possa habitar, também provisoriamente, nossos lugares. Traduzir significa ir e vir (para Lugones), estar no entrelugar (Santiago), na zona de contato (Pratt), ou na fronteira (Anzaldúa). Significa, enfim, existir sempre deslocada/o. (COSTA, 2012, p. 44)

Ou seja, trata-se de produzir encontros nos quais se pode construir coalizões profundas entre mulheres, de modo a aprendermos umas com as outras sobre produção de vida e estratégias de resistência (LUGONES, 2014), valorizando os saberes construídos pelas/os próprias/os sujeitas/os por meio da autodefinição, autoavaliação e autoavaliação (COLLINS, 2016), de sorte a contribuir para a descolonização da produção de conhecimento. Neste ensaio apresentamos algumas reflexões sobre nossa constituição como pesquisadoras/sujeitas de pesquisa e sobre os deslocamentos teóricos, existenciais e territoriais que têm nos permitido, por meio do encontro com outras interlocutoras, acadêmicas e não acadêmicas, nos aproximar da experiência utópica de participar de uma coalizão de saberes. Trata-se de um desafio permanente, exercido no horizonte de uma fronteira aberta, como uma ferida, como nos diria Anzaldúa, que nos convoca a um cuidado



atento com a produção desse encontro (im)possível. Aprendemos nesse fazer que, mais do que nos ater a problemas de pesquisa colocados pelo campo científico, devemos aprender a nos perguntar, frente à nossa imagem no espelho: qual conhecimento nos importa produzir?

---

## Referências

AHMED, Sara. *The promise of happiness*. Durham and London: Duke University Press, 2010.

AHMED, Sara. *La política cultural de las emociones*. México: Programa Universitario de Estudios de Género, 2015.

ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza: rumo a uma nova consciência. *Estudos Feministas*, v. 13, n. 3, p. 704-719, dez. 2005.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 11, p. 89-117, maio-ago. 2013.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. *Undoing gender*. New York: Routledge, 2004.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. *Crítica de la razón latino-americana*. 2 ed. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana; Instituto Pensar; Colciencias, 2011.

COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 99-127, jan-abr. 2016.

COLLINS, Patrícia Hill. *Pensamento feminista negro*. São Paulo: Boitempo, 2019.

COSTA, Claudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. *Cadernos Pagu*, v. 19, p. 59-90, 2002.

COSTA, Claudia de Lima. Feminismo e tradução cultural: sobre a colonialidade do gênero e a descolonização do saber. *Portuguese Cultural Studies*, v. 4. n. 1, 2012.

COSTA, Claudia de Lima. Feminismos descoloniais para além do humano. *Estudos Feministas*, v. 22, n. 3, p. 929-934, set-dez. 2014a.

COSTA, Claudia de Lima. Os estudos culturais na encruzilhada dos feminismos materiais e descoloniais. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 44, p. 79-103, jul-dez. 2014b.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (Org.) *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020. p. 121-139.

DUSSEL, Enrique. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação



a partir da filosofia da libertação. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 51-73, jan-abr. 2016.

FALS BORDA, Orlando. *Una sociología sentipensante para América Latina*. México: Siglo XXI Editores; Buenos Aires: Clacso, 2015.

GROSFUGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, p.115-147, 2008.

GROSFUGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 25-49, jan-abr. 2016.

GUERRERO ARIAS, Patricio. Corazonar el sentido de las epistemologías dominantes desde las sabidurías insurgentes, para construir sentidos otros de la existencia (Pimera parte). *Calle 14: Revista de Investigación en el Campo del Arte*, v. 4, n. 5, p. 80-94, jul-dez. 2010.

HALBERSTAM, Jack. *A arte queer do fracasso*. Recife: Cepe, 2020.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: TADEU, Tomaz. (Org.) *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 33-118.

LORDE, Audre. A transformação do silêncio em linguagem e em ação. In: LORDE, Audre. *Irmã outsider: ensaios e conferências*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 51-55.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, v. 22, n. 3, p. 935-952, set-dez. 2014.

MAHMOOD, Saba. Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito. *Etnográfica*, v. 10, n. 1, p. 121-158. 2006.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón. *El giro decolonial*. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central; Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana; Instituto Pensar, 2007. p. 127-167.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFUGUEL, Ramón. (Org.) *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MIÑOSO, Yuderlys Espinoza. Fazendo uma genealogia da experiência: o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica na América Latina. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (Org.) *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 96-118.





MOHANTY, Chandra Talpade. Bajo los ojos de occidente. Academia feminista y discurso colonial. In: NAVAZ, Liliana Suárez; HERNÁNDEZ, Aída. (Org.) *Descolonizando el feminismo: teorías y prácticas desde los márgenes*. Madrid: Cátedra, 2008. p. 112-163.

NEVES, Sofia; NOGUEIRA, Conceição. Metodologias feministas: a reflexividade ao serviço da investigação nas ciências sociais. *Psicologia Reflexão e Crítica*, v. 18, n. 3, p. 408-412. 2005.

OCAÑA, Alexander O.; LÓPEZ, María Isabel A.; CONEDO, Zaira P. Metodología 'otra' en la investigación social, humana y educativa. El hacer decolonial como proceso decolonizante *Revista Faia*, v. 7, n. 30, p. 172-200. 2018.

OYĒWŪMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. *Codesria Gender Series*, v. 1, p. 1-8. 2004.

QUEIROZ, Isabela Saraiva de; PRADO, Marco Aurélio M. Gênero, drogas e cuidado: normalização e singularidade nas práticas de saúde. *Athenea Digital*, v. 22, n. 2, e2942, jul. 2022.

SANTOS, Vívian M. dos. Notas desobedientes: decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. *Psicologia & Sociedade*, v. 30, e200112. 2018.

SCOTT, Joan. Experiência. In: SILVA, Alcione L. da; LAGO, Mara Coelho de S.; RAMOS, Tânia Regina O. (Org.) *Falas de gênero*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999. p. 21-55.

SILVA, Ruan Nunes. Lucy como coceira colonial ou a colonialidade dos afetos. *Scripta Uniandrade*, v. 19, n. 2, p. 160-181, out. 2021.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TEIXEIRA, Analba; SILVA, Ariana M.; FIGUEIREDO, Ângela. Um diálogo decolonial na colonial cidade de Cachoeira/BA: entrevista com Ochy Curiel. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 3, n. 4, p. 106-120, dez. 2017.

